

A cultura da sustentabilidade

José Eli da Veiga*

Muito acuados pelas incertezas das inevitáveis **agressões ambientais** da atual etapa de seu desenvolvimento, os humanos nem por isso estão diante de inexoráveis colapsos ou catástrofes. Por isso, o primeiro motivo para elogiar este excelente segundo livro de **Eduardo Felipe P. Matias** é a felicidade da escolha de seu título, que corresponde fielmente ao que já está sendo chamado de “Antropoceno”.

Minuciosas explicações sobre as muitas dimensões de temática tão ampla poderiam resultar em cansativa e até confusa enciclopédia. Por isso, é impressionante quanto essa obra consegue trocar em miúdos a longa lista das questões pertinentes com tanta leveza e didatismo.

Terceiro elogio: além de organizar e expor com muito mais clareza dezenas de questões que já foram abordadas em outras publicações em português, esse primeiro lançamento em parceria entre Paz e Terra e **Planeta Sustentável** vai muito além, inovando bastante em ao menos duas de suas grandes análises:

a) sobre a evolução do comportamento empresarial apoiada no que está sendo chamado de **cultura da sustentabilidade**; **b)** sobre a evolução do direito internacional do **meio ambiente**. Até agora não estavam disponíveis, mesmo em inglês ou francês, análises tão certas e atualizadas dessas duas cruciais dimensões da **sustentabilidade**.

Claro, nenhum livro pode ser perfeito, e os propósitos de uma resenha como esta não podem se restringir a suas qualidades, como uma peça de propaganda. Então, também deve ser dito que ao menos quatro pontos fracos poderão ser ganchos para discussões mais aprofundadas sobre os obstáculos que há quarenta anos estão impedindo a fusão do desenvolvimento com a sustentabilidade.

Ao se abordar o **Princípio da Precaução** é indispensável que se leve em conta a inestimável contribuição dada em 2003 por Cass R. Sunstein em longo trabalho intitulado “Beyond the precautionary principle”. Ele mostra que, dependendo da fórmula empregada em sua redação, esse “princípio” só pode variar entre o inócua e o inaplicável, ao contrário do que induz a pensar este livro.

Ao se abordar o “Princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas” também não se pode deixar de lado as críticas do filósofo britânico **James Garvey** no livro **The ethics of climate change**, publicado em 2008. Embora seja amplamente majoritária a concordância com tal “princípio”, ele é eticamente reprovável pelo simples fato de que não se pode atribuir responsabilidade pelo aquecimento global às gerações que precederam a comprovação científica do **efeito estufa** no final de século XX.

Também teria sido importante estabelecer melhor comparação entre o sucesso do regime do ozônio e os vinte anos de fracasso da **Convenção do Clima**, principalmente com a vitória de Pirro das nações emergentes na adoção do **Protocolo de Kyoto**.

Finalmente, mas não menos importante, é sério equívoco tratar indistintamente as expressões “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, em óbvia manifestação daquilo que o grande sociólogo francês **Pierre Bourdieu** chamou de “**amnesia da gênese**”.

**José Eli da Veiga é Professor Sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP) e autor de A desgovernança mundial da sustentabilidade (S.Paulo: Editora 34, 2013).*